

PKS

**PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT**

REVISTA DE GEOGRAFIA

(UFPE)

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

**OPEN
JOURNAL
SYSTEMS**

O DISCURSO GEOGRÁFICO: UMA “INVENÇÃO” MODERNA

Robinson Santos Pinheiro¹

¹ *Doutorando em Geografia pela UFG / IESA. Bolsista CAPES. Email: robinson22pinheiro@yahoo.com.br*

Artigo recebido em 13/12/2011 e aceito em 08/02/2012

RESUMO

O presente texto coloca-se como uma tentativa de compreender a discussão sobre as bases do pensamento científico geográfico (moderno). Averiguando em que medida a inserção da geografia num modo de se (re) fazer científico contribui para a produção de olhares/imaginações/compreensões do espaço dada a partir da visão dicotômica (físico – humano) do pesquisador frente a realidade. Além desta, busca-se pensar como as bases modernas – matemática/física, do pensamento, alicerçada no século 18, refletem num modo extremado de especialização da produção do conhecimento frente ao conjunto espacial e temporal analisado, assim, “loteando” a realidade em taxinomias que pouco dialogam *em prol* da legitimação de cada ciência em sua “área” de atuação.

Palavras-chave: geografia, modernidade, ciência.

THE GEOGRAPHIC SPEECH: A MODERN “INVENTION”

ABSTRACT

The present text is an attempt to understand the modern discussion about the basis of scientific geographically thinking. It looks to search how the Geography is inserted in a new scientific way to create looks/imaginings/understandings of space through the dichotomy vision (physical - human) from the researcher in a real situation. Too, the text try to think how the modern bases of thinking from the 18th century - math/physics - reproduce a mode of extreme specialization of knowledge production to face the selected spatial and temporal analysis, in this way "lote" the reality taxonomies that little dialogue in favor of the legitimacy of each science in its "space" of action.

Key words: Geography, modernity, science.

LE DISCOURS GÉOGRAPHIQUE: UNE <<INVENTION>> MODERNE

RÉSUMÉ:

Le présent texte est un essai pour comprendre la discussion sur les bases de la pensée scientifique géographique (moderne). En vérifiant dans quelle mesure l'intégration de la géographie dans une façon de se (re)faire scientifique contribue à la production de regards/imaginings/compréhensions d'espace donné à partir de la vision dichotomique (physique – humaine) du chercheur en face de la réalité. En plus, ce travail tente de comprendre comme les bases modernes – mathématique/physique, de la pensée basée au XVIII siècle, reflètent d'une façon extrême de spécialisation de la production de la connaissance en face de l'ensemble spatial et temporel analysé, ainsi, il limite la réalité en taxinomies qui dialoguent un peu en bénéfice de la légitimation de chaque science dans son domaine d'actuation.

Mots-clés: Géographie, modernité, science.

UM INÍCIO

Intentamos demonstrar que o discurso então consolidado enquanto científico, taxionômico/axiológico, respaldado pelo modelo moderno de fazer ciência, dado pelos princípios da matemática e da física, na geografia¹, resultou no olhar espacial dicotômico, dividindo os objetos da geografia em dois campos e que com isso requeria duas formas de apreensões - Geografia Humana e Geografia Física. Destacamos a necessidade do (re)encontro do físico e do humano nos estudos geográficos. Sabemos que o humano como o físico possuem características e movimentos “próprios”, contudo, dependendo do objetivo, o diálogo entre os saberes se faz importante. Não que o geógrafo deva vestir uma “capa” e se colocar como um “super-herói” com a missão de conseguir explicar o “todo”. Pelo contrário, destacasse, aqui, que o geógrafo aceite que o espaço constitui-se via a, desculpe-nos talvez o

¹ Entrementes, destaca-se que a questão da produção/construção/invenção do olhar dicotômico não se limita ao método científico. No século 19, com a crescente necessidade de se “inventar” identidades nacionais (nacionalismos), tem-se a produção de estudos que vinham ao encontro de comparar, classificar e mapear os respectivos territórios nacionais. Contribuindo, assim, para a consolidação de olhares dicotômicos para a espacialidade, pois, utilizando dos referenciais modernos de se pensar, elaboravam generalizações discursivas sobre os aspectos naturais e sociais a fim de destacar os elementos que poderiam levar os respectivos Estados nacionais ao progresso, ao desenvolvimento.

exagero discursivo, trans/-inter/-intra-relação do físico e do humano como das trans/-inter/-intra-relações escalares - temporais que (in)diretamente influenciam e são influenciadas em “determinada” espacialidade (físico, cultura, econômico, político etc.).

Soma-se a isto a necessidade de repensarmos as bases epistêmicas do pensar científico, não mais visto enquanto verdadeiro em si, aceitando que para um cogitar que apreenda a dinâmica de estudo trans/-inter/-intraescalar - temporal, devemos dialogar e nos inserir discursivamente com algumas contribuições desenvolvidas nas discussões de pós - modernidade/colonialismo. Não é, aqui, a intenção de advogar sobre a possibilidade de um sobre o outro, nem este foi o nosso foco, pois ainda há muito a se discutir e pensar sobre o assunto², citamos para dizer que o texto que entra em contato, interlocutor, possui limites... por isso cabe ao leitor acrescentar “coisas” nas linhas lidas; assim como o narrador do romance Dom Casmurro instiga o seu leitor a fazê-lo: “[...] É que tudo se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias: assim podes também

² Ver: Eagleton, 2005; Giddens, 2002; Boaventura, 2006; Harvey, 2007.

preencher as minhas” (MACHADO DE ASSIS, S.d., p. 203).

Preocupa-nos apreender / compreender melhor a produção / construção / invenção da organização do pensar frente à realidade, assumamos o compromisso de buscar entender e/ou explicar o espaço a partir da diversidade (econômica, política, cultural, ideológica etc.) que se “imbricam” e, assim, (re)produzem a espacialidade. Esta forma de entendimento da espacialidade pode amenizar alguns conflitos que não permitem a consolidação de políticas/diretrizes que venham ao encontro da coletividade, pois, “[...] o modo como imaginamos o espaço tem seus efeitos” (MASSEY, 2008, p. 22).

Por isso, no final, positiva-se a necessidade de repensarmos e melhor dialogarmos com as bases do pensar moderno, agora o ressignificando para atender as “novas” inquietações produzidas/construídas/inventadas por diferentes “receptores” durante o ato de viver hodierno. É de urgência aceitar incorporar ou negociar etc. com aqueles que formulam “modelos” de espacialidades e temporalidades³

³ Em Santos (2007), encontra-se um exemplo interessante para se pensar o exposto. Na Colômbia, a porção espacial correspondente a Sierra Nevada de Santa Marta, habitada pelos U'was, acabava de entrar nos interesses de extração/exploração do petróleo, contudo, os habitantes desta localidade não queriam que isso

diferenciadas. Aponta-se a necessidade de adotar um olhar diferente para o espaço (MASSEY, 2008, 22 - 23), incorporando a “diversidade” em nossos olhares e preocupações⁴, com isso, abrindo a possibilidade da construção/produção/invenção de projetos coletivos⁵ que visem à melhoria da sociedade; “melhor” no sentido de ser humanamente mais justa.

O DISCURSO GEOGRÁFICO: UMA INVENÇÃO MODERNA – (DES)VENTURA DE UM TÍTULO

acontecasse, pois a terra é vida e o petróleo é o sangue que permite a sua sobrevivência. Se as explorações tivessem início, os indígenas, em coletividade, iriam se suicidar, um ministro fora encaminhado para resolver a “peleja”. Chega de helicóptero, logo se reúne e inicia sua fala explicativa, os *taitas* (líderes) ficavam quietos, ouvindo. O Ministro os questiona: - não vão falar nada? Um responde: - temos que consultar os deuses. - Consulte-os; essa é a resposta do ministro. O que iniciou o falar por parte dos *taitas* continua: - isso vai depender da lua. O ministro indignado diz que o helicóptero não tem luz o suficiente e não pode ficar. “[...] E, claro, no dia seguinte os jornais de Bogotá diziam: ‘os *taitas* não querem falar com o ministro’. Queriam falar, sim, mas em seu tempo... Então a ecologia das temporalidades é, a meu ver, imprescindível” (SANTOS, 2007, p. 35). Particularmente, acrescento a importância de sabermos “olhar”, também, a espacialidade, que jamais se viu separada da temporalidade, pois são concomitantes.

⁴ Ou, interpretando Hall (2009), dever-se-á praticar uma visão integradora. Que busque englobar a diversidade de grupos sociais/dilemas ambientais/etnias/culturas etc. que se imbricam no ato cristão ou animal de (re)produção da vida hodierna.

⁵ Ver: Eagleton (2005); principalmente o primeiro capítulo: *A política da amnésia*.

O discurso geográfico que então consolidasse enquanto ciência, moderno, tem origem no século 19, tendo como precursores Humboldt (1769 – 1859) e Ritter (1779 – 1859). Entretanto, antes mesmo da institucionalização, muito já se discutia no que toca as suas bases teóricas/metodológicas, como do objeto que é o norte ou o sul, leste ou oeste – a vontade – das investigações dos pesquisadores geográficos. Hissa (2002, p. 225) argumenta que a geografia tinha como foco de estudo as estruturas físicas que compunham determinado espaço. Para reverberar seus argumentos, Hissa traz o pensamento de Kant para o diálogo, pois, este, antes do processo de sistematização da geografia enquanto discurso científico, foi professor de geografia em Königsberg. Segundo Hissa (2002, p. 225), para Kant, “[...] a geografia preocupar-se-ia apenas com os fenômenos de caráter físico”. Kant também contribuiu para a produção/construção/imaginação das bases teóricas que pudessem direcionar o “olhar” do pesquisador frente à realidade⁶.

Segundo Moraes (1996, p. 18), para Kant, há formas de conhecer, dentro do nível de seus significados, que são imutáveis, partilham de uma base comum

⁶ Para estabelecer maiores relações com as bases do pensar moderno, cita-se que: “O sistema cartesiano-newtoniano [...]”; foi: “[...] aprimorado filosoficamente por Kant [...]” (PONCZEK, 2002, p. 126).

de entendimento, passível, com isso, de ser generalizado. Para as futuras pretensões da “geografia” de tornar-se ciência, a contribuição teórica de Kant foi de grande importância, esta acabava por permitir que o discurso geográfico pudesse ser generalizado e assim criador de “lei(s)” que conseguissem explicar/compreender/‘planejar’ as atividades humanas no espaço ou como o espaço poderia ser otimizado para conseguir levar determinado Estado-Nação ao esperado desenvolvimento econômico, este dado pelos princípios ocidentais.

As cogitações de Kant “[...] aparecem, por exemplo, na proposta metodológica de Humboldt do “empirismo raciocinado”, a crença numa perfeita identidade entre a imagem e o fenômeno, entre a percepção e a realidade” (MORAES, 1996, p. 18). Humboldt, segundo Capel (1981, p. 08), tinha como projeto demonstrar a sua concepção de que há harmonia universal na natureza – um ‘todo’ feito com partes interligadas a este. O outro precursor do pensar moderno geográfico, Ritter, preocupava-se com as interconexões regionais, pensava a produção da espacialidade a partir da forte interação que se estabelecia entre as diversas regiões, estas consideradas frente a sua produção/construção/imaginação via a interação entre a superfície terrestre com os seres humanos:

La Tierra y sus habitantes se hallan en las más estrechas relaciones mutuas y un elemento no puede ser considerado en todas sus fases sin los otros. En este sentido la Historia y la Geografía deben ir siempre juntas. El territorio actúa sobre los habitantes y los habitantes sobre el territorio (RITTER Apud. CAPEL, 1981, p. 46).

Estes foram os primeiros a buscarem a construção do conhecimento geográfico no seu sentido moderno de compreender a realidade.

Compreendiam sistematicamente os lugares e depois faziam comparações, isto para resultar na formulação de “leis” que descem conta de explicar o real. Ambos compartilham de formas parecidas de análise, conquanto, se diferenciam na abordagem que adotavam, como resultado, tem-se a diferenciação na forma de entender/compreender/imaginar a realidade. Por ser observado que em Humboldt as esferas inorgânicas, orgânicas e humanas interagem “influenciadas” pela intermediação da orgânica (MOREIRA, 2006, p. 21), gabaritam-nos para arguir que Humboldt delibera sobre a possibilidade de uma lei geral ‘reger’ o diverso paisagístico, como consequência da busca de um olhar generalizante, tem-se a supervalorização do físico em suas análises. Ritter destaca a superfície terrestre frente à interação desta com o fator humano, elabora seus estudos

através das partes e as suas interligações; pensa que assim conseguirá formular um princípio explicativo que consiga apreender o espaço frente à “necessidade” de generalização discursiva. Ritter, ao “dar” destaque às atividades humanas, em suas especificidades de modelos - tempos e espaços, recebe o título como precursor da ciência geográfica humana⁷.

O que chama a atenção na análise dos autores em si não é a divergência teórica, é o ponto em comum dos pensadores. Interessa-nos ver como a construção de seus olhares, mesmo o foco sendo diferenciado, dava-se a partir da aceitação de que o espaço arquitetava-se via a interação socioespacial. A espacialidade era lida em sua “diversidade”, o diálogo fazia-se através da necessidade que a abordagem de cada pesquisador requeria para a sua comprovação científica. Torna importante destacá-los como referência de (re)encontro da geografia no hoje (MOREIRA, 2006, p. 179 - 180). Na contemporaneidade, os pesquisadores geográficos deparam-se com a complexidade de compreender um sistema-mundo “mergulhado”, nem todos

⁷ Concordamos com Moreira (2006) quando assevera que devemos “voltar” aos clássicos para (re)pensarmos os mesmos, agora inseridos com “outros” olhares/visões. Contudo, para o artigo, nosso interesse manter-se-á na produção discursiva já produzida sobre os autores; ficando os complementos para os próximos passos analíticos.

os espaços, no aprofundamento das investigações de promoção da otimização da(s) técnica(s)/ciência(s)/informação(ões) (SANTOS, 1997, p. 190), atrelado a isso, é de importância ressaltar as transformações ocorridas no processo de acumulação capitalista; “transfigurou-se”⁸ de um regime fordista, regulamentado pela rigidez nas relações de produção, para o de acumulação flexível (HARVEY, 2007, p. 135 – 162), dado para conseguir atender a demanda de uma sociedade caracterizada pela sua maior fragmentação e o “desejo/necessidade” de experimentar as “transformações” que pouco a pouco os mercados “liberam”.

A visão holística (MOREIRA, 2006, p. 22) dos precursores da geografia pode ser profícua para a melhora e o aprofundamento da compreensão das contradições vivenciadas dentro do processo de sociabilização do tempo-de-agora; entende-se que o espaço deve ser apreendido via a sua complexidade, aceitando-o enquanto produto/produtor⁹ que só se realiza através das interações entre humanos – dada pela interconexão das relações em diferentes escalas - tempos, e destes com os elementos físicos existente nas “ocupações”. Merleau-Ponty

⁸ Houve transformações, mas o seu sentido de opressor, mutilador, predador... continua de múltiplas formas/maneiras/jeitos...

⁹ Como Santos (2005, p. 31) destaca: “De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro”.

(2002, p. 393) ajuda no entendimento desta questão quando destaca que a existência é espacial e que o espaço é existencial, quer dizer que de uma forma relacional ambos se comunicam e assim tornam-se co-produtores da configuração espacial.

Entrementes, o que posteriormente consolida-se enquanto hegemônico nos estudos geográficos, amparados pelo movimento intelectual de criação de uma episteme de ordenamento do pensar¹⁰, é a análise dicotômica - uma enfatizava a perspectiva física e a outra humana -; tem-se a “necessidade” do discurso geográfico definir suas fronteiras teórico/metodológico como o objetivo que terá ao analisar a realidade, esta, devido a sua complexidade, “loteada” entre as taxionomias (HISSA, 2002, 26).

O olhar dicotômico para a realidade tem sua origem no modelo de produção intelectual moderno, dado por formas de pensar sistematicamente organizadas, tendo como padrões os referenciais estabelecidos pela ciência moderna, arquitetada a partir dos modelos das ciências física e matemática:

Uma inteligência que, em certo momento, conhecesse todas as forças que atuam no universo e o estado inicial de todos os corpos que constituem a natureza, abarcaria (se esta suposta

¹⁰ Destaca-se que o projeto do pensamento moderno surgiu, segundo Habermas (*Apud*: HARVEY, 2007, p. 23), por volta do século 18.

inteligência fosse tão vasta que pudesse processar todos os dados) na mesma expressão matemática os movimentos dos grandes objetos do universo bem como do mais ínfimo dos átomos: nada lhe seria duvidoso e o futuro, tal qual o passado, seria como o presente a sue olhos (LAPLACE, Apud. PONCZEK, 2002, p. 126 – 127).

Vê-se, no supracitado¹¹, uma concepção determinista que muito influenciou o pensamento científico/filosófico. A origem dessa concepção encontra-se na teoria elaborada por Newton, possuidora de forte relação com o pensamento de Descartes, publicada no livro *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* – “[...] abreviamente conhecido como os Principia” (PONCZEK, 2002, p. 104), das leis de Movimento, que o autor a “estruturou” em três fundamentos da Mecânica:

Lei I: Todo corpo permanece em seu estado de repouso ou movimento uniforme em linha reta, a menos que seja obrigado a mudar seu estado por forças impressas nele.

Lei II: A mudança do movimento é proporcional à força motriz impressa e se faz segundo a linha reta, a menos que seja obrigado a mudar seu estado por forças impressas nele.

¹¹ Da forma que Kant aprimorou filosoficamente o pensar de cartesiano-newtoniano, o autor citado, Laplace como lagrange e outros contribuíram, no que toca a matemática, para a (re)elaboração deste pensar posteriormente apropriada pelo fazer/ser científico do século 18 e 19 (PONCZEK, 2002, p. 126).

Lei III: A uma ação sempre se opõe uma reação igual, ou seja, as ações de dois corpos, um sobre o outro, são iguais e se dirigem a partes contrárias (PONCZEK, 2002, p. 106).

Para a geografia, como para as demais ciências, estas três leis permitem que o pesquisador/cientista consiga, através do uso de cálculos matemáticos, apreender o passado de determinado sistema, assim, conseguir-se-á prever/antecipar o futuro, desta feita, com a potencialidade de antever o futuro, pode-se determinar os sentidos de orientação do “todo”, inclusive a organização social:

Tal como átomos de um gás ou sistemas planetários em equilíbrio, os indivíduos se estabilizaram numa “sociedade em equilíbrio”. Essas leis naturais, que regem o equilíbrio social, incluem o direito à liberdade, à propriedade e à igualdade de todos os indivíduos e devem disciplinar as paixões e as vontades destes em benefício de um bem-estar comum: o habitante converte-se em um cidadão com direitos e deveres (PONCZEK, 2002, p. 127).

Posteriormente, a concepção determinista cartesiana-newtoniana recebe importantes ponderações a partir da descoberta da Física Quântica (Planck – 1858 - 1947) e da Teoria da Relatividade (Einstein – 1879 – 1955). Com a adentrada destas teorias, vê a emergência de novas possibilidades analíticas, pois: “[...] todo o determinismo que ela encerra, tinha sérias limitações, não podendo ser aplicado nem

ao mundo do muito pequeno e nem ao do muito grande” (PONCZEK, 2002, p. 106 – 107).

Em Capel (1981), encontramos um elemento central nesta discussão, qual seja, o surgimento do método investigativo positivista, este tinha por base: “[...] El razonamiento inductivo, que parte de la observación y mediante classificaciones y comparaciones se elea a conclusiones generales, al descubrimiento de leyes” (CAPEL, 1981, p. 270). Como resultado, há a preocupação com a ‘precisão’ discursiva, ou seja, apreender as dinâmicas em sua possibilidade de generalização interpretativa. Diante disso, diferenciar/separar as abordagens em estudos físicos e humanos torna-se de importância para a então geografia que consolidasse enquanto científica, pois, para as pretensões do momento, difícil seria conseguir tecer uma amarra interpretativa que conseguisse pensar a realidade em “sua complexidade” e que possibilitasse a geografia ascender enquanto taxionomia se o “olhar” não fosse seccionista.

Os direcionamentos dos estudos geográficos consolidaram-se a partir das investidas isoladas de apreensão da realidade. Poderia haver o (re)conhecimento de que determinado fator exercia influência sobre o pesquisado, mas este era visto ou julgado enquanto secundário para a compreensão, diante

disso, não chamado para o diálogo, as vezes, apenas citado sem exporem a relevância para o que “focam” compreender. O processo dicotômico pode ser explicado pelo “posicionamento” analítico que embasa o pensar moderno:

Esse Homem Racional, desnaturalizado, por meio da Ciência e da Técnica pode, de fora, exercer a dominação da Natureza. Homem e Natureza se excluem e é exatamente o conhecimento racional lógico-matemático (a linguagem mais abstrata) que desvendará os mistérios da natureza que deverá proporcionar a sua dominação (GONÇALVES, 2007, p. 377).

Discursos “focados” em seus “objetos”, sejam físicos ou humanos, emergem dos gabinetes ou das pranchetas dos trabalhos de campo, muitos acabam sendo direcionados para responder aos anseios da construção de uma nova psicosfera de compreensão e entendimento do homem no/com (o) mundo. Pensamentos, técnicas etc. lançam-se a explicar/compreender determinados fenômenos espaciais a partir da “crença” de que da mente humana conseguir-se-á arquitetar um modelo “redentor” que virá com “a verdade” que livrará, como a proposta inicial do projeto moderno, de forma análoga a promovida durante a Idade Média, a sociedade das atividades naturais calamitosas (terremoto, furacões etc.) como das catástrofes vividas socialmente (HARVEY, 2007, p. 23).

É de conhecimento que alguns elementos físicos (participam da temporalidade geológica) possuem dinâmicas próprias e com isso poderiam ser compreendidos, com a devida ressalva do analisado, a partir de modelos físicos-matemáticos e, assim, passíveis de generalizações discursivas. Entretanto, como compreender-positivando uma realidade social complexa/heterogênea/inventiva etc.? A resposta foi o Estado-nação¹². O Estado-nação, por ser um instrumento de dominação respaldado pelo interesse de seus dirigentes, fez, utilizando-se do conhecimento científico produzido na época¹³ (sendo o “conhecimento” garantido pelo Estado), com que o conjunto social passasse a ser pensado a partir do ponto de perspectiva nacional; direcionando como a sociedade deveria ser e se portar dentro do seu ordenamento territorial de forma que a levasse para o respectivo crescimento/desenvolvimento,

¹² Sobre o assunto, ver: Font, e Ruff (2006) – Terceiro capítulo: A crise e a reestruturação do Estado-Nação (pgs. 95 – 128).

¹³ A título de adendo discursivo sobre a apropriação do pensar moderno pelos gerenciadores dos Estados modernos, citamos Gonçalves (2007, p. 380): “Não esqueçamos que a unificação do sistema de pesos e medidas, incluindo a moeda única, em cada Estado Territorial significou a imposição de uma lógica matemática necessária à cobrança de impostos que, assim, realizava a unificação do mercado e, portanto, a lógica dos mercados que, por ser abstrata, matemática, se quer universal...”

notadamente respaldado pelo modelo ocidental.

Envoltas pelo ideal estadista, escolas do pensamento geográfico arquitetavam elucubrações teóricas que entendiam e davam “sentidos” de direcionamento aos respectivos Estados-Nação – como sendo reproduzidos em outros Estados nacionais¹⁴. A título de exemplificação, a discussão que pode ajudar no entendimento dos direcionamentos de consolidação de uma imaginação espacial dicotômica (separação entre sociedade e natureza) - pois a materialização do ideal moderno (científico) de separação e dominação através da razão é “abrigado” - encontra-se no diálogo estabelecido entre Deterministas (escola alemã) e Possibilistas (escola francesa).

Não é a intenção aqui aprofundar nas especificidades teóricas dos precursores destas denominadas análises, buscamos sim dialogar com as generalizadas interpretações dos discursos/pensamentos de Ratzel (1844 – 1904: considerado Determinista) e do La Blache (1945 – 1918: considerado Possibilista). Do primeiro supracitado, destaca-se a teoria do *espaço vital*, esta sendo a “necessidade” do Estado-Nação possuir uma dimensão territorial que conseguisse garantir a

¹⁴ Visando: “[...] o poder, o desenvolvimento, a expansão e o domínio” (CORRÊA, 2003, p. 10).

manutenção e o desenvolvimento/crescimento da sociedade, esta vista como um organismo vivo. Já nas interpretações da escrita de La Blache, o destacam por entender que o homem, dada a evolução da ciência e da técnica, consegue interferir em seu ambiente. Construindo possibilidades de desenvolvimento para além das contingências e delimitações do físico.

O que pode auxiliar na superação de uma visão dicotômica, como abrir os campos do conhecimento a outras possibilidades analíticas, encontra-se, talvez, na crítica que paulatinamente devemos (sempre) realizar a concepção de ser “científico”. A alta exigência das especializações do saber corrobora para a produção de um discurso que se fecha em si, na sua área, e, assim, por não se abrir a um “fora”, acaba por sofrer os (des)limites de seu “território”. Como resultado, convivemos com o comodismo de um pensar único, cerceado pela verdade que se deu através do exercício racional “focado” em seu objeto: espaço – tempo analisado, esta postura pode ser concebida como uma forma do pesquisador conseguir melhor definir as fronteiras de seu “território”, consolidando-se no status de científico, assim, superior, progressivo, moderno, tal quais fizeram os dirigentes dos Estados-Nação com o “espaço” que administravam.

A produção de conhecimentos que “pouco” dialogam com a “realidade” considera que cada fenômeno estudado pode por si só ou por um fator causal “único” (econômico, político, cultural etc.) ser explicado; como resultado, estes discursos simplistas, unilaterais, facilitavam as investidas de direcionamentos políticos/administrativos, pois, estes, também, acabavam por refletir o unilateralismo e o simplismo discursivo científico. De forma mais direta, simplificavam a complexidade social para o melhor “controle/manipulação”. Com o complexo social simplificado, abriu-se a *brecha* para as investidas de modelos de organização socioespacial unilaterais, que pouco a pouco espoliava uma grande quantidade de grupos sociais condenados a não terem o direito de exercerem a sua temporalidade e espacialidade devido à concepção hegemônica de sentidos e direcionamentos “superiores” (moderno – capitalista) de relação do homem com/no mundo. A otimização do dominar as técnicas e transformá-las para garantir a (re)produção do capital atrela-se ao desejo de ressaltar a sobrevivência de um modelo de acumulação social que favorece a minoria (RODRIGUES, 2009, p. 193; GONÇALVES¹⁵, 2007, p. 385).

¹⁵ Um adendo a discussão: “Hoje [...] Os dados são por demais conhecidos: cerca de 20% da população mundial consome 80% dos recursos

Fazemos ‘eco’, também, a tessitura discursiva de Rodrigues (2009, p. 189), em que a mesma diz da importância de se pensar via a teoria do pensamento complexo, superando, assim, a visão do pensamento único, para isso, cita a obra *Ensaio Sobre a Cegueira*, excelente referência literária escrita por José Saramago; esta se inicia narrando um indivíduo, num aparente viver cotidiano, olhando para o semáforo, e, de repente, não consegue mais enxergar, desespera-se, atordoado por novos sentidos que agora experimenta de forma mais direta, é ajudado por um ‘terceiro’ – este roupa posteriormente seu carro - que o leva até seu apartamento, deixa o agora ‘cego’ no seu lar. Passados alguns momentos, a esposa do agora cego chega, trocam conversas explicativas/emotivas e se direcionam ao médico. Como rapidamente mais casos apareceram, o Governo resolveu colocar os vitimados em quarentena. Em pouco tempo um antigo manicômio fica repleto de cegos, controlados pela força do exército, territorializados em lugares que deslegitimam socialmente seus “discursos” (Foucault, 2009, p. 10).

Conquanto, os direcionamentos, ordenamentos, silenciamentos... para conter que a “cegueira” se generalize e

energéticos-materiais do planeta” (GONÇALVES, 2007, p. 385).

afete o todo social não funcionaram. A sociedade como um “todo” entrou numa cegueira profunda, agora quem acostumado com uma forma única de orientação e localização social vê-se obrigado a experimentar sentidos outros para se orientar e se localizar frente a inúmeras questões que se apresentaram aos assuntos espaciais. Lembrando que o espaço é impulsionado pelas contínuas transformações na forma com que inventamos/construímos/produzimos as trans/-inter/-intra-relações socioespaciais; por isso, co/se-produzindo:

A obra pode ser entendida como questionamento ao pensamento único, que impede o pensamento complexo, o que significa, do ponto de vista da ciência, retomar a plurisensorialidade, a interdisciplinaridade, considerar formas diversas de ver e entender o mundo, um saber que questiona a cegueira de um modo único de pensar (RODRIGUES, 2009, p. 189).

Rodrigues (2009, p. 198) argui que esta forma hegemônica de pensar – “único”, corrobora para pensamentos que, ao invés de contribuir para a invenção/construção/produção de uma sociedade humanamente mais justa, sustentam um discurso que mascara a luta social. Rodrigues (2009, p. 198 - 199) tece estas críticas ao modo de pensar único para melhor problematizar a concepção de desenvolvimento sustentável. A autora intenta demonstrar que a simplificação do

olhar faz com que não se perceba que as amarras desenvolvimentistas, respaldadas pelo escudo do ser “sustentável”, apenas buscam fazer com que a camada social minoritária consiga se (re)legitimar no poder, sem necessariamente alterar a concepção de relação homem – natureza e homem – homem. É de importância que se invente – e se reinvente constantemente – um olhar que ajude a pensar/problematizar “determinado fenômeno” estudado a partir, quando assim fizer necessário, de suas características físico – humano, como do contato/interação fronteira entre os saberes (HISSA, 2002, p. 41).

PARA FECHAR, O ABRIR

Chamamos a atenção para que a geografia veja enquanto necessidade aceitar que o modelo de ser científico estruturado no renascimento/iluminismo, tendo como o princípio ofertar formas sistemáticas de organizar o pensamento, consecutivamente, nossos olhares para o mundo, sustentada nos modelos físicos e matemáticos, contribuiu para produção de um discurso estranho para as reais condições que a existência humana, frente a sua complexidade (política, econômica, cultural etc.), hodiernamente deparam-se. Santos (1989, p. 29) contribui na compreensão da problemática ao provocar os pesquisadores sociais por objetivarem significar uma realidade que se autoproduz

sentidos/significados, conhecimentos para as suas vivências. Não estamos aqui negando os modelos de se fazer científico, como Monteiro (2002), Merlau-Ponty (2004), Brosseau (2007), Hissa (2002), Albuquerque Júnior (2007) muito bem apontam, pelo contrário, ressaltamos a importância do diálogo - se o “objeto requerer” -, entre as linguagens/saberes/conhecimentos.

Que o pesquisador tenha a consciência/conhecimento de que a postura holística, como o pensar complexo¹⁶, não podem ser encarados como a busca do “todo” que (in)diretamente imbricasse em determinada escala espacial e temporal (território, lugar, paisagem, região, como as denominações de autoreconhecimento – Sahr, 2009, p. 263). A busca do “todo” seria uma luta dantesca entre o pesquisador e o seu objeto, além de provavelmente levar, dentro do processo de aceleração da produção científica¹⁷, o pesquisador ao

¹⁶ O pensar complexo, a partir das considerações de Edgar Morin (ver: MORIN, et. al., 1999), questiona a forma de se cogitar através da separação (oriundo do modelo moderno se organizar a mente), instiga-se a busca de um maior diálogo - interdisciplinar como a valorização de outras formas de compreensão do ser e estar no mundo - durante o ato de compreender/conhecer determinado objeto; é de ciência que vivemos numa sociedade que possui múltiplas dimensões que concomitantemente se (re)fazem (econômica, psicológica, cultural, política etc.). Desta feita, torna-se de valia considerar as imbricações, em suas múltiplas escalas – temporais e espaciais -, contextuais que envolvem o fenômeno estudado.

¹⁷ Quem sabe: “O universo da ciência deixa de ser o da aventura e do prazer, tornando-se frio

“esgotamento”. Pede-se que o pesquisador amarre sua trama discursiva a partir do objeto analisado no espaço, em suas variadas possibilidades escalares.

A perspectiva de observar o espaço pelo espaço pode parecer estranha ao leitor acostumado a ler e a ouvir que o espaço é o objeto de estudo da Geografia. Contudo, o que apontamos é que os discursos geográficos se assentaram em modelos explicativos que eram/são utilizados a “esmo”. Discursos teóricos elaborados em determinados contextos espaciais e temporais diretamente correlacionados com as idiossincrasias de seus idealizadores/pensadores. Tinham por intuito conseguir responder as angústias - como hoje - que se deparavam¹⁸; entretanto, as angústias vivenciadas pelos que assumiram a condição de dizer o que “é” e como deve ser a organização socioespacial não, necessariamente, correspondiam com as vivenciadas, em

como o aço da máquina produzida que, por sua vez, nele ainda interfere” (HISSA, 2002, p. 99).

¹⁸ Destacam-se, aqui, dois pontos. O primeiro: o pesquisador/cientista não é, simplesmente, um refém do contexto que está inserido, podendo, assim, transcender os limites temporais e espaciais a partir da forma que “organiza” sua trama discursiva. A segunda: o pesquisador/cientista não se coloca de forma neutra ao analisar o “teu objeto”, e nem o “objeto” pode ser concebido enquanto um não participante da pesquisa; tanto o pesquisador como o objeto se “(re)fazem” no ato da pesquisa.

diferentes níveis de temporalidades e espacialidades, por grande parcela da sociedade que hodiernamente (con)viviam com os cheiros, os sons, as contradições etc. inerentes ao espaço habitado. Ou seja, o homem inserido no viver social (coletivo) é (re)transformado num projeto a se realizar, qual seja este, o de ser moderno/ocidental. Segue-se até hoje este “ideal”, tessituras discursivas debruçam-se a legitimar as potencialidades deste modelo com os contínuos olhares/estudos comparativos, subjugando, sombreando, silenciando o que se “coloca” enquanto “diferente” ao hegemônico em diferentes níveis (cultural, econômico, político, filosófico etc.).

Aqui se indica a necessidade de repensar o “comportamento metodológico/teórico”, como a base de “ser” e “fazer” científico. Contudo, esta mudança de “comportamento” - não mais respaldado por uma visão colonizadora de se (re)fazer discursivo - não terá “sentido” se não for acompanhada por um ideal político de integração. Este que busque incitar uma mudança de postura do indivíduo frente à diversidade (cultural, étnica, política, econômica etc.) espacial e temporal. Uma difícil tarefa, que requer um olhar que apreenda a dinâmica trans/-inter/-intra-escalar - temporal do fenômeno estudado.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Historia: a arte de inventar o passado**. Bauro-SP: Edusc, 2007. 256p.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmuro**. São Paulo: Formar Ltda, S.D. 184p.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Hucitec, Ed. UNESP, 1988. 440p.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476p

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria I. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 472p.

BROSSEAU, Marc. **Geografia e literatura**. In: Corrêa, Roberto Lobato. Rosendahl, Zeny (Orgs.). Literatura, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.17 – 77.

CAPEL, Horácio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova – temas universitários, 1981. 510p.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1993. 2º v.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003. 93p.

_____. “Espaço, um conceito-chave da Geografia”. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo César da, CORRÊA, Roberto lobato, et. al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. p. 15 – 47.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Trad. Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 302p.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. Trad. Alessandra Paola Caramoni. São Paulo: Annablume, 2006. 282p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009. 79p.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 233p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas”. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 375 – 409.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. LOVIK, Liv (Org.); Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 420p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007. 349p.

HISSA, Casio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 322p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas – 1948**; org. e notas de Stéphanie Ménasé e trad. de Fábio Landa e Eva Landa, revisão da tradução

por Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 85p.

_____. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. 662p.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama:** ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis Ed. da UFSC, 2002. 242p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1996. 156p.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006. 161p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Trad. Maria D. Alexandre; et. al. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 341p.

_____. et. al. (Orgs.). **O pensar complexo:** Edgar Morin e a crise da modernidade. 2º ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 201 p.

PONCZEK, Roberto I. Leon. “Mecânica”. In: Rocha, José Fernando M (Org.). **Origem e evolução das idéias da física.** Salvador: EDUFBA, 2002.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 264p.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias.** Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 172p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A abordagem ambiental:** questões para reflexão. In: GeoTextos, vol. 5, n. 1, 2009. p. 183 – 202.

SAHR, Wof-Dietrich. “Portos e sertões – reflexões sobre uma geografia cultural à la bresilienne”. In: MENDONÇA, Francisco. et. al. (Orgs.). **Espaço e tempo:** complexidade e desafio do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, PR.: Associação de

Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p. 261 – 288.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176p.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 249p.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007. 128p.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997. 384p.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005. 170p.

SPRINGER, Kalina Salaib. A concepção de natureza na geografia. In: **Revista Mercator**, Ceará, vol. 9, nº 18, p. 135 – 157, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Cultos, incultos e ocultos: as novas identidades latino-americanas”. In: CANCLINI, Nestor Garcia (Org.). **Culturas da Ibero-América:** diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento. Trad. Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2003. p. 31 – 53.